



CONVITE: AJUSTE DIRETO

NPD 2525000068

PARTE I

CLÁUSULAS GERAIS

Capítulo I

Cláusula 1.^a

Objeto

- a) O objeto do convite é o seguro de Acidentes Pessoais para 20 crianças/jovens com medida de colocação de Acolhimento Familiar na Casa Pia de Lisboa, I.P., conforme descrito no caderno de encargos do presente procedimento.
- b) O presente convite é efetuado ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Cláusula 2.^a

Entidade Adjudicante

A Entidade Pública Adjudicante é a Casa Pia de Lisboa, I.P. com sede na Avenida do Restelo, n.º 1, 1449-008 Lisboa, com o número de telefone 213 614 000 e com o endereço de correio eletrónico: e com o endereço de correio eletrónico: contratacao.publica@casapia.pt.

Cláusula 3.^a

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por despacho do Diretor de Departamento de Serviços Partilhados, Dr. Álvaro Eduardo da Costa Amaral, cargo para o qual foi nomeado pelo Conselho Diretivo em 03/05/2023, publicado no Diário da República, II Série, n.º 126, de 30 de junho de 2023 e ao abrigo da Deliberação n.º 345/2023, de delegação de competências publicada no Diário da República, II Série, n.º 63, de 29 de março de 2023, órgão competente para autorizar a despesa, nos termos previstos, fundamentando a escolha do procedimento ao abrigo da base legal constante na alínea b) do n.º 1 deste convite.

A despesa inerente ao presente procedimento foi autorizada com base no pré-cabimento n.º 8225000101.



Cláusula 4.ª

Fundamento do Procedimento

A escolha do procedimento de ajuste direto ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, com convite à entidade que forneceu o sistema.

Cláusula 5.ª

Prazo e modo de apresentação da proposta

- a) A proposta, bem como todos os documentos que a integram, deverão ser enviadas através da plataforma Acingov, até às 23:59 do 5.º dia, a contar da data do envio do presente convite.
- b) Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados, pelo mesmo meio.
- c) Os documentos que constituem a proposta devem ser assinados pelo concorrente ou por um representante que tenha poderes para obrigar a entidade.

Cláusula 6.ª

Caracterização dos serviços

Os serviços a prestar devem ser executados de acordo com as especificações definidas no caderno de encargos.

Cláusula 7.ª

Dúvidas e esclarecimentos

Nos termos do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

Os pedidos de esclarecimentos, bem como a lista de erros e omissões dever ser remetida através da Plataforma Acingov.

Os esclarecimentos a que se refere o parágrafo anterior serão prestados por escrito, pelos serviços, pelo mesmo meio.



Cláusula 8.ª

Preço base do procedimento

O preço base, corresponde ao montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, incluindo eventuais renovações do mesmo.

O valor máximo do contrato a celebrar, é de € 600,00 € (seiscentos euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

O preço referido no número anterior da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à CPL, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Durante a vigência do contrato não haverá lugar a revisão/atualização do preço contratado.

Cláusula 9.ª

Propostas Variantes

Não são admitidas a apresentação de propostas variantes.

Cláusula 10.ª

Documentos da proposta

a) Documentos de suporte à proposta:

- i) O presente convite;
- ii) O caderno de encargos do procedimento;

b) Documentos que terão de acompanhar a proposta:

- i) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o Anexo I do presente convite;

c) Elementos a indicar na proposta pelo concorrente:

- i) Preço total da proposta, com indicação do(s) preço(s) unitário(s), do preço total da proposta (sem inclusão do imposto sobre o valor acrescentado – IVA) e da taxa de IVA;



- ii) Documentos que, em função do objecto do contrato a celebrar e dos aspectos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar;
- iii) Documentos exigidos pelo convite que contenham os termos ou condições relativas a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule
- d) Além do enunciado nas alíneas anteriores, o concorrente poderá anexar outra informação que considere relevante para completar a sua proposta.

Cláusula 11.^a

Condições da proposta

- a) Não serão admitidos documentos redigidos em língua estrangeira.
- b) Não são admitidas alterações às cláusulas do caderno de encargos.

Cláusula 12.^a

Análise e exclusão da proposta

Constituem motivo de exclusão:

- a) O não cumprimento do disposto em qualquer das disposições obrigatórias deste convite e das disposições do caderno de encargos.
- b) Os indicados nas alíneas do n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

Cláusula 13.^a

Prazo da obrigação da manutenção da proposta

O concorrente é obrigado a manter a respetiva proposta pelo prazo de 66 dias úteis contados da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

Cláusula 14.^a

Documentos de habilitação

Será exigido ao adjudicatário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a notificação da adjudicação, a apresentação dos seguintes documentos, redigidos em língua portuguesa:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do mesmo código;



- b) Certidão da Conservatória do Registo Comercial com a indicação dos representantes legais com poderes para proceder a outorga do contrato e a que título, e caso seja por mandato, a respetiva procuração.
- c) Registo Central de Beneficiário Efetivo, nos termos do artigo 36.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto;
- d) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, ficando dispensado da apresentação destes documentos caso o adjudicatário se encontre inscrito no Portal de Fornecedores do Estado, devendo neste caso apresentar o respetivo comprovativo de inscrição.

Cláusula 15.ª

Cauções e garantias exigidas

No presente procedimento não é exigida a prestação de caução.

Cláusula 16.ª

Outorga do Contrato

No presente procedimento não é exigível a redução do contrato a escrito segundo o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 95º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 17.ª

Avaliação de Fornecedores

A CPL, I.P. irá proceder à avaliação da prestação de serviços/bens, de acordo com 2 critérios: conformidade da entrega (62.50%) e prazo de entrega (37.50%).

Esta avaliação será comunicada ao(s) adjudicatário(s) no início do ano civil seguinte ao da prestação.

Cláusula 18.ª

Legislação Aplicável

Em tudo o que seja omissa no convite, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro na sua versão atualizada e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, e retificado pelas declarações de retificação n.ºs 36-A/2017, de 30/10 e 42/2017 de 30/11, e restante legislação aplicável.



ANEXA:

- a) Anexo I ao convite – declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
- b) Caderno de Encargos

Com os melhores cumprimentos,

(Assinatura do Dirigente)



ANEXO I

Modelo de declaração

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º

1 – . . . (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) . . . (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de . . . (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) . . .

b) . . .

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do nº 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a



caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), (data), ... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1, e nos n.ºs. 2 e 3 do artigo 57.º.
- (4) Nos termos do disposto nos n.ºs. 4 e 5 do artigo 57.º.